

## **ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: SUA IMPORTÂNCIA NA GERAÇÃO DA RIQUEZA MUNICIPAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **ENTIDADES DEL TERCER SECTOR: SU IMPORTANCIA EN LA GENERACIÓN DE RIQUEZA DE LA CIUDAD EN EL ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **THIRD SECTOR ENTITIES: ITS IMPORTANCE IN GENERATION OF WEALTH CITY IN STATE OF MINAS GERAIS**

**Carlos Roberto Souza Carmo<sup>1</sup>**

### **Resumo:**

A presente pesquisa buscou avaliar como se processa a coexistência entre organizações do Terceiro Setor e as empresas convencionais com finalidade lucrativa, e, ainda, como as entidades do Terceiro Setor poderiam se caracterizar como direcionadores da riqueza municipal, em 850 municípios do estado de Minas Gerais, segundo os dados de três pesquisas diferentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizando estatística descritiva, análise de correlação e análise de regressão linear, entre outros fatores, foi possível observar que: a existência de uma categoria de organização não exclui a existência da outra, ao contrário, quanto maiores as quantidades de empresas convencionais, maiores foram as quantidades observadas entidades sem finalidades lucrativas; e, foi constatado que, mesmo em menor número, as entidades sem finalidade lucrativa podem ser caracterizadas como direcionadores da riqueza municipal, semelhante ao que acontece com as empresas convencionais.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Riqueza. Métodos quantitativos aplicados.

### **Abstract:**

This research aimed to evaluate how they can be coexistence between third sector organizations and conventional companies for profit, and also as the third sector entities could be characterized as drivers of municipal wealth, 850 municipalities in the state of Minas Gerais, according to data from three different studies of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Using descriptive statistics, correlation analysis and linear regression analysis, among other factors, it was observed that: the existence of a category of organization does not exclude the other, on the contrary, the greater the amounts of conventional companies, the greater the amounts observed non-profit entities; and, it was found that even fewer, the non-profit bodies can be characterized as drivers of municipal wealth, similar to what happens with conventional companies.

**Keywords:** Third Sector. Wealth. Quantitative methods applied.

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU)  
Mestre em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
e-mail: carlosjj2004@hotmail.com

### **Resumen:**

Esta investigación tuvo como objetivo evaluar cómo pueden ser la convivencia entre las organizaciones del Tercer Sector y empresas convencionales con fines de lucro, y también como entidades del tercer sector se podrían caracterizar como motores de la riqueza de las 850 ciudades del estado de Minas Gerais, de acuerdo con datos de tres estudios diferentes del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. El uso de la estadística descriptiva, análisis de correlación y análisis de regresión lineal, entre otros factores, se observó que: la existencia de un tipo de organización no excluye la otra, por el contrario, el mayor de los importes de las empresas convencionales, mayores son las cantidades observadas entidades sin ánimo de lucro; y, se encontró que menos aún, las entidades sin ánimo de lucro pueden ser caracterizados como motores de la riqueza municipal, de forma similar a lo que ocurre con las empresas convencionales.

**Palabras clave:** Tercer Sector. Riqueza. Métodos cuantitativos aplicados.

## **1 Introdução**

A sociedade civil tem seus agentes classificados em três grandes grupos ou setores. O Primeiro Setor é composto pelo Estado e seus órgãos, o Segundo Setor é formado pelos agentes privados que atuam no mercado em geral, e, finalmente, o Terceiro Setor é caracterizado pela presença de agentes privados que prestam serviços e/ou fornecem bens de natureza pública (TACHIZAWA, 2007).

Curiosamente, aquele último setor da sociedade, apesar de composto por entidades privadas, exerce funções de natureza pública em benefício da sociedade em geral, sendo que, isso já acontece há muitos anos, porém, somente mais recentemente, o Terceiro Setor vem atraindo, cada vez mais, a atenção da sociedade, quer seja pelo seu crescimento ou, ainda, principalmente, pelo fato de fornecer produtos e/ou prestar serviços que o governo deixou de proporcionar à sociedade.

Além da sociedade, alguns pesquisadores começam a voltar suas atenções para este segmento da economia cuja principal finalidade é preencher lacunas assistenciais deixadas pelo estado, contudo, sem buscar lucros (PIMENTA; SARAIVA; CORRÊA, 2006).

De uma forma geral, as entidades do Terceiro Setor se caracterizam por serem entidades privadas que atuam sem finalidade lucrativa, normalmente, em benefício da coletividade, e, em segmentos mais específicos, por exemplo: atividades assistenciais; recreativas; ambientalistas; educacionais; esportivas; e, religiosas, entre tantas outras (CALIXTO, 2009).

A despeito de não praticarem suas atividades operacionais com vistas à lucratividade, os agentes do Terceiro Setor mobilizam recursos, humanos e materiais, para suprir demandas que o estado não foi capaz de atender, e, ao fazer isso, além participarem de forma ativa da economia, uma vez que são geradores de emprego e renda, satisfazem necessidades da sociedade e aliviam a pressão sobre o Estado.

Por outro lado, os agentes do segundo setor praticam suas ações visando à obtenção de resultados econômicos e financeiros positivos, ou seja, eles buscam lucratividade e geração de caixa, e, para tanto, procuram sempre gerar o sentimento de necessidade na sociedade, de forma a torná-la cada vez mais consumidora de seus produtos e serviços. Ao fazerem isso, as entidades com finalidade lucrativa também geram emprego e renda, contribuindo também para a produção de riqueza, contudo, ao considerar o maior número de entidades atuantes

neste setor, observa-se uma contribuição econômica muito superior àquela proporcionada pelas entidades do Terceiro Setor.

Ao considerar que tanto os agentes econômicos do Segundo quanto os do Terceiro Setor mobilizam recursos e, por isso, prestam sua contribuição às diversas esferas da economia (nacional, estadual e municipal), contudo, devido à diferença na quantidade de agentes atuantes em cada um daqueles setores e, também, devido às diferenças nas respectivas finalidades sócio-operacionais (lucrativa e não lucrativa, respectivamente), a presente investigação teve por objetivo avaliar se as entidades do Terceiros Setor, atuantes nos municípios do estado de Minas Gerais, podem se caracterizar como direcionadores da riqueza municipal, e, ainda, mesmo diante daquela diferença de objetivos sociais (finalidade lucrativa e não lucrativa), avaliar como se processa a coexistência de entidades com naturezas operacionais tão distintas.

De forma a permitir atingir o objetivo geral deste estudo e, ainda, direcionar as ações de pesquisa necessárias a essa finalidade, foi formulado a seguinte questão-problema: como as entidades do Terceiros Setor, atuantes nos municípios do estado de Minas Gerais, podem se caracterizar como direcionadores da riqueza municipal, comparativamente às empresas que atuam com finalidade lucrativa, e, ainda, mesmo diante da diferença de objetivos sócio-operacionais (finalidade lucrativa e não lucrativa) como se processa a coexistência de entidades com naturezas tão distintas?

Nesse sentido, inicialmente, promoveu-se o embasamento teórico para caracterização e compreensão das principais características das entidades integrantes do Terceiro Setor, e, ainda, a análise dos resultados de estudos correlatos envolvendo a atuação municipal de empresas do Terceiro Setor em Minas Gerais. Esta etapa da investigação deu origem à segunda seção deste trabalho.

Na sequência, a partir das informações da pesquisa “Produto Interno Bruto dos Municípios: 1999-2012” (PIB-Municipal) (IBGE, 2014), da pesquisa “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005, 2006, 2008 e 2010” (FASFIL) (IBGE, 2012), e, da pesquisa “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 1996-2012” (CEMPRE) (IBGE, 2014), todas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados estão disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados Agregados (SIDRA), foram identificadas as informações de 850 municípios do estado de Minas Gerais referentes às seguintes variáveis: produto interno bruto municipal a preços correntes; número de unidades locais (municipais) das fundações privadas e associações sem fins lucrativos; e, número de unidades locais (municipais) referente às empresas com finalidade lucrativa. Ainda nessa etapa, foi pesquisado e identificado o ferramental analítico-estatístico capaz de permitir responder ao questionamento direcionador da presente investigação. O proceder metodológico desenvolvido nesta fase da pesquisa foi detalhadamente descrito na terceira seção deste artigo.

Posteriormente, a partir da plataforma teórica constituída para fornecer o devido suporte a este estudo, e, ainda, com base nos dados levantados junto ao SIDRA e analisados a partir do estatísticas descritivas e análise de regressão linear, foi realizada a análise das evidências coletadas e a apresentação dos resultados alcançados mediante a realização desta investigação científica. Esta etapa da pesquisa encontra-se descrita na quarta seção deste relatório.

Finalmente, na quinta seção deste trabalho, foram apresentadas as considerações finais acerca de todo o processo de investigação, bem como, suas principais contribuições e suas limitações, e, ainda, a sugestão de futuras pesquisas para continuidade deste estudo.

## **2 Fundamentação Teórica**

Mendonça e Machado Filho (2004, p. 302) definem o Terceiro Setor como “[...] o conjunto de atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, composto por instituições civis de qualquer origem [...]”. Mendonça e Machado Filho (2004) ainda acrescentam que as organizações enquadradas como entidades do Terceiro Setor diferenciam-se tanto do governo, no que se refere à sua natureza jurídica (ela é privada e não pública), quanto do setor privado, no que se refere à sua finalidade social (ela possui finalidade não lucrativo).

Acerca do seu surgimento no contexto mundial, Tenório (2002) destaca que as primeiras instituições sem fins lucrativos e sem apoio governamental surgiram em decorrência dos problemas sociais e econômicos gerados pela Segunda Guerra Mundial, uma vez que se acreditava que a própria sociedade civil é que deveria prestar apoio aos seus membros, contribuindo significativamente no auxílio e amparo social durante décadas, deste então.

Especificamente no Brasil, Camargo *et al* (2001) observam que as Entidades do Terceiro setor surgiram em decorrência das várias graves crises econômicas vividas pelo país, sendo que, a primeira delas foi a crise do setor petrolífero, na década de 70, e, posteriormente, as crises econômicas geradas pelos vários períodos inflacionários pelos quais o país atravessou, uma vez que, todos esses eventos geravam impactos sociais negativos e das mais variadas naturezas.

Tanto Camargo *et al* (2001) quanto Tenório (2002) afirmam que, entre outros fatores, a expansão dos meios de comunicação contribuiu significativamente, talvez não para o surgimento, mas, para a ampliação da atuação e do número de entidades ligadas ao Terceiro Setor.

Conforme já dito, a expressão “Terceiro Setor” é utilizada por vários autores para identificar entidades não governamentais e sem finalidade lucrativa, cujo objetivo é satisfazer necessidades de ordem coletiva a partir de ações voltadas ao bem estar público (CAMARGO *et al*, 2001). Ou seja “a essência do Terceiro Setor reporta-se a um conceito abstrato e ideológico, no qual se atribui a existência de um mecanismo social público, porém não estatal”, sendo que, “ao mesmo tempo, tem um conteúdo concreto, referente ao conjunto de entidades filantrópicas sem fins lucrativos, que reúne um aparato de recursos particulares em defesa de interesses coletivos” (CAMARGO *et al*, 2001, p. 18).

Acerca dos objetivos das entidades dessa natureza, Nanus e Dobbs (2000) explicam que as organizações do Terceiro Setor buscam melhorar a vida dos cidadãos a partir da satisfação de necessidades de ordem social ampla, ao contrário das empresas convencionais (com finalidade lucrativa) que buscam fazer com que a necessidade e a demanda por seus produtos e serviços sejam cada vez mais crescentes na sociedade.

Diante da diferença de abordagens de objetivos sociais destacada por Nanus e Dobbs (2000), poderia se questionar se a coexistência de entidades com naturezas tão distintas seria, no mínimo, conflitante, ou, quem sabe até, mutuamente excludente. A esse respeito, espera-se que as evidências coletadas pelo presente estudo possam responder a tal indagação, pelo menos, no que se refere às entidades (com e sem finalidade lucrativa) atuantes nos municípios mineiros analisados.

Ainda acerca dos objetivos sociais das entidades enquadradas no Terceiro Setor, Martins (1998) afirma que, apesar de serem criadas a partir da iniciativa privada e com base nesse tipo de capital (privado), essas organizações geram produtos e serviços de forma peculiar, uma vez que não vislumbram a obtenção de lucros e a multiplicação de bens de caráter particular, posto que suas ações são todas orientadas ao interesse público e à coletividade social.

Novamente, sob a perspectiva econômica, poderia ser questionado como tais entidades contribuem para geração de riquezas dentro das várias esferas econômicas de uma nação (nacional, estadual e/ou municipal). Mais uma vez, vislumbra-se a possibilidade dos resultados da presente investigação lançarem um pouco mais de luz sobre essa outra questão, no que se refere à esfera municipal e no estado de Minas Gerais.

Acerca da pesquisa científica relacionada às temáticas envolvendo o Terceiro Setor, em especial as áreas de contabilidade e administração, Rody *et al* (2014) realizaram um estudo bibliométrico que mapeou 115 artigos publicados em congressos e periódicos científicos nacionais da área de ciências contábeis e administração, ao longo do período compreendido entre 1998 a 2013.

Entre outras evidências, além de constatar que a média anual de publicações envolvendo o Terceiro Setor ficou em torno de 7 trabalhos/ano, e, que o ano de 2012 apresentou o maior número de artigos (18), ao contrário de 2001 em que não foram detectadas publicações dessa natureza, Rody *et al* (2014, p. 12) observaram que, dentre aqueles 115 artigos analisados, existiam objetos de estudos com abordagens de 40 naturezas distintas, sendo que, as abordagens envolvendo assuntos relacionados à “gestão organizacional/estratégica” estiveram presentes em 20,5% dos trabalhos, e, abordagens envolvendo a “construção conceitual sobre a base teórica das organizações do Terceiro Setor” representavam 11,6% das pesquisas, e, ainda, acerca das abordagens envolvendo “evidenciação contábil”, “procedimentos contábeis aplicados” e “Prestação de contas/*accountability*”, foi constatada uma representatividade na ordem de 8,0%, 3,5% e, também, 3,5%, respectivamente, do total de artigos integrantes da amostra de pesquisa de Rody *et al* (2014, p. 12).

Adicionalmente, acerca das técnicas de coleta e análise dos dados utilizados nos estudos da área de contabilidade e administração analisados por Rody *et al* (2014, p. 8), foi observado que “[...] a técnica de análise e coleta de dados predominante é a de análise de conteúdo, sendo que ela representou 74,11% das pesquisas”, e, ainda, “com porcentagens menos expressivas, notou-se que a técnica de estatística descritiva foi utilizada em 3,57% dos trabalhos e a técnica de análise do discurso em 1,79%”. Sendo que, a partir dessa última evidência, Rody *et al* (2014) identificaram indícios da existência de uma lacuna relacionada à utilização de técnicas de análise envolvendo procedimentos estatísticos, no que se refere aos estudos relacionados ao Terceiro Setor nas áreas de contabilidade e de administração.

Diante das evidências produzidas a partir da pesquisa de Rody *et al* (2014), e, ainda, ao considerar que o presente estudo pode ajudar a preencher aquela lacuna por eles sinalizada, uma vez que a metodologia analítica utilizada nesta investigação é predominantemente estatística, buscou-se retratar, doravante neste referencial teórico, alguns dos resultados de investigações científicas que abordaram temáticas relacionadas ao Terceiro Setor, porém, com especial atenção aos estudos envolvendo entidades pertencentes a municípios do estado de Minas Gerais, uma vez que este constitui-se no *locus* (do latim “*lòcus*”, indicação de posição, local, posto) do presente estudo, independentemente da respectiva metodologia de análise de dados.

A partir de uma amostra composta por 28 entidades, Canabrava *et al* (2007) buscaram identificar e caracterizar aquelas organizações sem fins lucrativos, não hospitalares, que possuíam serviços organizados e sistematizados em atenção básica de saúde, em Belo Horizonte-MG, no ano de 2004.

Entre outros achados, Canabrava *et al* (2007) observaram que o segmento filantrópico do Terceiro setor por eles analisado atinge sua finalidade assistencial, contudo, não é reconhecido como parceiro pelo SUS, mesmo servindo de referência para encaminhamentos de diversos órgãos públicos. Além disso, foi detectada uma sobreposição e uma

concomitância entre as ações daquelas entidades e as ações emanadas a partir dos órgãos públicos em uma mesma população (CANABRAVA *et al*, 2007).

Canabrava *et al* (2007, p. 124) ainda observam que “[...] apesar da importância histórica da filantropia na assistência hospitalar, ainda é pouco estudada a participação do segmento filantrópico em atenção básica de saúde no Brasil”.

Ao buscar identificar os principais desafios nas parcerias entre Estado e organizações do Terceiro Setor na atividade de gestão hospitalar, Santos, Assis e Abdala (2012) analisaram os casos dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília, mediante a realização de um estudo de caráter qualitativo.

Naquela investigação, foi observado que a atuação daquelas duas instituições do Terceiro Setor proporciona à sociedade um atendimento adequado, de qualidade e mais ágil, e, em relação ao Estado, os principais benefícios estão relacionados à redução de custos e resolutividade nos casos locais (SANTOS; ASSIS; ABDALA, 2012). Por outro lado, em relação aos desafios daquelas entidades, Santos, Assis e Abdala (2012) avaliaram que existem dificuldades inerentes aos processos que impactam a gestão, e, também, dificuldades relacionadas à instabilidade política.

Santos, Assis e Abdala (2012, p. 15) também afirmam que “a possibilidade de atuar em uma lógica que privilegia o social, em especial em uma área como a saúde, sem dúvida representa um ganho para os diferentes atores envolvidos”.

Tendo como pano de fundo a crise do Estado de Bem-Estar Social, a partir de um estudo descritivo-qualitativo, Assis, Viegas e Ckagnazarof (2012) procuraram descrever as políticas e práticas de recursos humanos implementadas em 22 organizações pertencentes ao Terceiro Setor da cidade de Belo Horizonte-MG.

Como principal resultado, Viegas e Ckagnazarof (2012) concluíram que, a despeito da importância do discurso que valoriza as pessoas, as entidades pesquisadas por eles apresentavam práticas ainda arraigadas ao que existe de mais anacrônico em termos de preocupação gerencial de pessoas, podendo ser somente analisadas sob esta perspectiva, uma vez sua inserção e relevância social muitas vezes estão associadas à capacidade de atender o público interessado nos seus serviços.

Ao relacionar o objetivo social daquelas entidades com práticas gerenciais, Assis, Viegas e Ckagnazarof (2012) destacam que as entidades analisadas por eles apresentavam identidade indefinida, uma vez que se trata de organizações que não visam lucro e que, porém, não é pública, sendo que, esse e outros fatores fazem com tais entidades apresentem receio em utilizar mecanismos gerenciais, pois, se acredita que isso as descaracterizaria como sociais e provocaria a sua burocratização, transformando-as em meras empresas.

Ao realizar um estudo descritivo, Silva (2013) buscou avaliar qualitativamente a presença do Terceiro Setor filantrópico em Itajubá-MG, a partir de uma amostra composta por 29 entidades certificadas como filantrópicas e atuantes naquela cidade.

Entre outros fatores, Silva (2013) concluiu que as entidades do Terceiro Setor da cidade de Itajubá-MG atuam, principalmente, nas áreas de educação, desenvolvimento e defesa de direitos, e, secundariamente, nas áreas de cultura e recreação, há um período médio é de mais de trinta anos, sendo a grande maioria constituída sob a forma jurídica de associação privada, cuja região de atuação no município concentra-se, em sua maioria, nas zonas periféricas urbanas.

Ao final de sua investigação, Silva (2013, p. 8) observa a importância das informações acerca do Terceiro Setor para a administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, sendo que, segundo ele, “[...] tais informações possibilitam compreender a demanda das

necessidades sociais de determinada comunidade, além de traçar um rico perfil dos interesses coletivos que compõem os objetivos das associações e demais entidades”.

Considerando que a utilização de instrumentos gerenciais auxilia no processo de gestão e nos controles internos, e, conseqüentemente, na continuidade das entidades, Mário *et al* (2013) investigaram a utilização de instrumentos de contabilidade gerencial por entidades do Terceiro Setor, em Minas Gerais.

A partir de um levantamento realizado junto a 41 organizações não governamentais de municípios mineiros, Mário *et al* (2013) identificaram que a maioria das entidades pesquisadas ainda necessitava desenvolver seus sistemas de informações contábeis e o uso de instrumentos de controles gerenciais, Sendo que, como causas prováveis dessa necessidade, aqueles pesquisadores identificaram a falta de conhecimento das entidades sobre instrumentos gerenciais, e, a capacidade reduzida da maioria daquelas organizações em possuir controles e realizar análises dessa natureza por parte do respectivo quadro funcional devido à falta de recursos para tanto (MÁRIO *et al*, 2013).

De uma forma geral, ao analisar algumas das pesquisas relacionadas ao Terceiro Setor desenvolvidas em municípios de Minas Gerais, percebe-se certa convergência em relação aos achados bibliométricos de Rody *et al* (2014), tanto no que se refere à variedade de assuntos/problemas abordados, quanto à pouca utilização de métodos quantitativos na análise dos dados coletados para a realização daquelas pesquisas.

Assim, ao buscar avaliar se, mesmo diante de objetivos sociais consideravelmente distintos, a existência de entidades com e sem finalidade lucrativa estaria correlacionada, e, ainda, como as entidades do Terceiro Setor seriam capazes de contribuir para geração de riquezas dentro esfera econômica municipal, espera-se contribuir para o debate relacionado à importância econômica desse tipo de organização, no que se refere aos municípios do estado de Minas Gerais.

### **3 Método de Pesquisa**

O Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB) pode ser entendido como o valor de mercado de todos os bens e serviços finais, a preços correntes, produzidos em cada município ao longo do período de um ano. A pesquisa “Produto Interno Bruto dos Municípios: 1999-2012” (IBGE, 2014, p.1), doravante denominada apenas de PIB-Municipal, “[...] baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil” (IBGE, 2014, p.1), sendo que, ainda segundo essa pesquisa apresenta, “O PIB dos Municípios, calculado sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil.

A partir dos dados da PIB-Municipal, disponibilizados para consulta no Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados Agregados (SIDRA), foram identificados individualmente os montantes, a preços correntes, do PIB de 853 municípios mineiros referentes ao ano de 2010.

A pesquisa “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005, 2006, 2008 e 2010” (IBGE, 2012), doravante denominada apenas de FASFIL, é um estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, relativo ao ano de 2010, que foi realizado pelo IBGE em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Esse estudo buscou “[...] observar o perfil dessas entidades em relação à finalidade, idade,

localização, emprego e remuneração em 2010 e, ainda, as mudanças ocorridas neste segmento entre 2006 e 2010” (IBGE, 2012, p. 2).

A partir dos dados da FASFIL, também disponibilizados para consulta no SIDRA, foi identificado, individualmente, o número de unidades locais (municipais) das fundações privadas e associações sem fins lucrativos de 850 municípios mineiros referentes ao ano de 2010. Sendo que, não foi possível identificar os dados de todos os municípios de Minas Gerais (853), uma vez que três municípios não apresentavam dados dessa natureza, segundo as consultas realizadas no SIDRA, ou seja, Cedro do Abaeté, Queluzito e Itacambira.

A pesquisa “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 1996-2012” (IBGE, 2014, p.1), doravante denominada apenas de CEMPRE, “[...] reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas e presentes no território nacional, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais.” O banco de dados da CEMPRE permite extrair “[...] estatísticas desagregadas nos níveis de detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, bem como em diferentes níveis geográficos” (IBGE, 2014, p.1).

A partir dos dados da CEMPRE, disponibilizados para consulta no SIDRA, foi identificado, individualmente, o número de unidades locais (municipais) das empresas com finalidade lucrativa dos 853 municípios mineiros referentes ao ano de 2010.

Apesar das pesquisas PIB-Municipal e CEMPRE divulgarem informações para os 853 municípios de Minas Gerais, a FASFIL identificou informações referentes às Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos de 850 municípios. Além disso, apesar das pesquisas PIB-Municipal e CEMPRE divulgarem dados referentes à períodos posteriores ao ano de 2010, segundo os dados do SIDRA, a FASFIL apresentava informações somente até aquele ano. Assim, a presente pesquisa contou com uma amostra de dados extraídos de fontes secundárias, referentes a 850 municípios do estado de Minas Gerais, cujo ano base foi 2010.

Para análise exploratória daquele conjunto de dados, inicialmente, foram utilizadas estatísticas descritivas relacionadas à média, desvio padrão, coeficiente de variação de Pearson, valores mínimos e máximos, quantis, mediana, amplitude total e moda.

Em seguida, foi utilizada a análise de correlação para avaliar como se processa a coexistência das entidades do Terceiro Setor (sem finalidade lucrativa) com as entidades do Segundo Setor, ou seja, aquelas constituídas com finalidade operacional lucrativa.

Finalmente, foi utilizada a análise de regressão linear para avaliar se as entidades do Terceiros Setor, atuantes nos municípios do estado de Minas Gerais, poderiam se caracterizar como direcionadores da riqueza municipal, comparativamente às empresas que atuam com finalidade lucrativa.

Segundo Martins (2010), estatística descritiva consiste na sumarização das características de um conjunto de dados mediante o uso de gráficos e/ou tabelas, e, a partir da utilização de medidas baseadas em médias, desvio padrão, coeficiente de variação de Pearson, valores mínimos e máximos, quartis, mediana, amplitudes, entre outros.

Acerca da análise de correlação, Martins (2010 p. 288) destaca que ela é uma medida de associação do comportamento de duas variáveis que “[...] independe das unidades de medidas das variáveis” (MARTINS, 2010, p. 288). Sendo que, acerca dos valores e da interpretação dos valores obtidos pela análise de Correlação de Pearson, Martins (2010) afirma que um coeficiente com valores a partir de 0,70 já indica correlação linear entre as variáveis estudadas.

Por outro lado, Martins (2010, p. 289) afirma que a interpretação do Coeficiente de Correlação de Pearson é “puramente matemática” e, por isso, não permite estabelecer relações

do tipo “causa e efeito” entre as variáveis analisadas. Nesse sentido, a análise de regressão linear torna-se mais robusta, uma vez que, segundo Downing e Clark (2006), ela é a forma mais precisa para se caracterizar e compreender o comportamento de uma variável em função de outra, ou ainda, conforme observa Costa (2012), a análise de regressão linear estabelece uma modelagem matemática que permite compreender o comportamento da variável de estudo, ou dependente, em função de uma variável explicativa, ou independente.

Para validação das análises realizadas a partir da análise de regressão, foram utilizadas medidas relacionadas ao coeficiente de correlação geral do modelo pesquisado pela análise de regressão (R múltiplo), coeficiente de determinação (R-quadrado), e, estatística F.

Segundo Field (2009), o coeficiente de correlação tem por objetivo avaliar a correlação geral do modelo pesquisado a partir da análise de regressão, sendo que, quanto mais próximo de 1,00 melhor. Ainda conforme observa Field (2009), o coeficiente de determinação avalia o poder explicativo do modelo explicativo pesquisado com base na análise de regressão, e, o valor desejável para ele também deve se situar próximo de 1,00, contudo, uma vez que é o quadrado da correlação, sempre será menor que o coeficiente de correlação. Já a estatística F avalia se a variável explicativa exerce influência sobre a variável de estudo, e, para tanto, sua significância estatística (F de significação) deve ser menor que 0,05 (FIELD, 2009).

A despeito das medidas estatísticas utilizadas neste estudo, cabe ressaltar que todo o processo analítico em questão foi realizado com o auxílio de planilhas eletrônicas do MS Excel® integradas com o suplemento de análise estatística Action© (ESTATCAMP, 2014).

Assim, ao considerar a abordagem do problema de pesquisa proposto para esta investigação científica, a natureza dos dados e os respectivos métodos de análise, esse trabalho pode ser definido como uma pesquisa qualitativa de natureza empírica, apoiada em métodos quantitativos aplicados.

#### 4 Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

Ao iniciar o processo de análise exploratória das variáveis dos 850 municípios mineiros investigados neste estudo, foi observado que o total das entidades do Terceiro Setor integrantes da amostra de pesquisa equivalia a pouco mais de 6,00% do total de entidades com finalidades lucrativa ( $[36.759/606.173] \times 100$ ), o que indica uma participação relativa muito pequena no universo total de entidades/empresas formais do estado de Minas Gerais, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Ainda segundo os dados resumidos na Tabela 1, a análise das respectivas médias, desvios e coeficiente de variação de Pearson, indica uma oscilação muito elevada no número médio de entidades, de ambas as categorias, nos 850 municípios analisados. Sendo que, essa constatação é corroborada pela análise dos valores mínimos, máximos e as respectivas amplitudes totais, pois, foram observados municípios com um mínimo de 1 entidade sem finalidade lucrativa e 20 empresas com finalidade lucrativa, e, por outro lado, municípios com uma quantidade máxima de até 4.400 entidades do Terceiro Setor, e, municípios com até 111.866 empresas convencionais, tudo isso, perfazendo uma amplitude total de 4.399 entidades do Terceiro Setor e 111.846 empresas com finalidade lucrativa.

**Tabela 1-** Análise exploratória da amostra do estudo, baseada em estatísticas descritivas

<b>Variáveis</b>	PIB Municipal a preços correntes (Mil Reais)	Número de unidades locais (municipais) de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Unidades)	Número de unidades locais (municipais) das empresas com finalidade lucrativa (Unidades)
<b>Estatísticas</b>			
Somatório	351.313.227	36.759	606.173
Média	413.310	43	713

Desvio padrão	2.302.053	169	4.162
C.Var. de Pearson	557%	392%	584%
Mínimo	11.202	1	20
1o quartil	35.356	7	82
Mediana	70.183	16	170
3o quartil	190.063	37	423
Máximo	51.467.872	4.400	111.866
Amplitude	51.456.670	4.399	111.846
Moda	29.616	7	79

**Fonte:** elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

A despeito das quantidades mínimas, máximas e da amplitude observada para quantidade de entidades do Terceiro Setor por município mineiro, a análise da respectiva mediana indica que aquela amostra de 850 observações é dividida ao meio pela constatação de 16 entidades sem finalidade lucrativa por município. Ou seja, ao considerar as demais estatísticas descritivas (médias, desvios e coeficiente de variação de Pearson, bem como, quantidades mínimas, máximas e a respectiva amplitude), percebe-se uma predominância de municípios com quantidades de entidades do Terceiro Setor bem abaixo da média do estado (43 unidades/município), posto que, a metade das observações concentra-se abaixo da mediana observada (16 unidades/município), conforme pode ser visto também na Tabela 1.

De fato, aquela constatação pode ser confirmado ao admitir-se que a Moda (valor mais observado na amostra dada) para a quantidade de entidades do Terceiro Setor, por município, foi de 7 unidades/municípios, conforme pode ser visto na última linha da Tabela 1. Ou seja, também, muito inferior à media observada para aquele tipo de entidade (43).

Uma análise mais detalhada das observações integrantes da amostra deste estudo sinalizou que os 20 municípios com maior número de entidades do Terceiro Setor possuem um total de 12.536 entidades, ou seja, mais de um terço do total daquelas entidades integrantes da amostra ( $[(12.536 / 36.759) \times 100 \approx [0,341032128 \times 100] \approx 34,10\%$ ) em todo o estado de Minas Gerais. Sendo que, daqueles 20 municípios merecem destaque: Belo Horizonte com 4.400 entidades; Juiz de Fora com 1192 entidades; Uberlândia com 859 entidades; Contagem com 758 entidades; Montes Claros com 560 entidades; Betim com 532 entidades; Governador Valadares com 499 entidades; Uberaba com 464 entidades; Ipatinga com 404 entidades; e, Divinópolis com 368 entidades.

Para avaliar como se processa a coexistência das entidades do Terceiro Setor (sem finalidade lucrativa) com as empresas do Segundo Setor, ou seja, aquelas constituídas com finalidade operacional lucrativa, foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson para aquelas três variáveis (PIB Municipal; número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos; e, número de empresas com finalidade lucrativa), conforme pode ser visto na Tabela 2.

**Tabela 2-** Matriz de correlação entre as variáveis do estudo (coefic. de correlação de Pearson)

Variáveis	PIB Municipal a preços correntes (Mil Reais)	Número de unidades locais (municipais) de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Unidades)	Número de unidades locais (municipais) das empresas com finalidade lucrativa (Unidades)
PIB Municipal a preços correntes (Mil Reais)	1,000	0,904	0,900
Número de unidades locais (municipais) de fundações	0,999	1,000	0,987

privadas e associações sem fins lucrativos (Unidades)			
Número de unidades locais (municipais) das empresas com finalidade lucrativa (Unidades)	0,900	0,987	1,000

**Fonte:** elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Foi observada uma correlação linear de 0,987 entre o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos existentes nos municípios mineiros e o número de empresas com finalidade lucrativa pertencentes aos municípios de Minas Gerais, conforme os dados apresentados na Tabela 2. Ou seja, toda vez que o número de empresas com finalidade lucrativa se elevou ou diminuiu de um município para outro, em grande parte dos casos, foi observado o mesmo movimento por parte das entidades pertencentes ao Terceiro Setor.

Essa constatação revela um indício de coexistência entre aqueles dois grupos de entidades, mesmo diante de objetivos sócio-operacionais tão diferentes. Pois, a presença de empresas de Segundo Setor não implicou em redução na quantidade de entidades do Terceiro Setor, no estado de Minas Gerais, segundo a amostra deste estudo.

Ainda acerca das informações apresentadas na Tabela 2, pode ser observado que tanto as entidades do Terceiro Setor quanto as empresas convencionais (com finalidade lucrativa) apresentaram uma elevada correlação com o PIB municipal. Isso pode ser um indício de que, apesar das entidades do Terceiro Setor não buscarem lucro, elas influenciam a geração de riqueza dos municípios de Minas Gerais. Contudo, para que se possa traduzir tal indício em evidência, torna-se necessário utilizar uma ferramenta analítica própria para tal finalidade, pois, a análise de correlação, conforme já dito, não permite fazer inferências acerca de um relacionamento de “causa e efeito” entre as variáveis analisadas.

Ao proceder a análise de regressão linear em que o PIB municipal foi considerado a variável de estudo, ou dependente, e quantidade municipal de entidades do Terceiro Setor foi considerada a variável explicativa, ou independente, optou-se por pesquisar uma modelagem analítico-explicativa sem termo constante ou intercepto, pois, uma vez que tal coeficiente assume o comportamento de variáveis que não integraram a pesquisa, sua exclusão faz com que seja possível capturar o efeito exclusivo da variável explicativa sobre a variável de estudo.

Nesse sentido, conforme pode ser visto pelos dados resumidos no Quadro 1, foi observada uma correlação de 0,906 (R múltiplo) entre o PIB municipal e a quantidade de entidades do Terceiro Setor nos municípios de Minas Gerais. Adicionalmente, foi constatado um poder explicativo (R-Quadrado) na ordem de 82% (R-Quadrado x 100  $\approx$  0,820 x 100), o que indica que, em 82% dos 850 municípios integrantes da amostra de pesquisa, a quantidade de fundações privadas e associações sem fins lucrativos influenciou o PIB municipal.

Uma vez que a estatística F tem por finalidade avaliar se a variável explicativa exerce influência sobre a variável de estudo (FIELD, 2009), e, ainda, conforme as informações apresentadas no Quadro 1, o F de significação da estatística F da modelagem pesquisada pela análise de regressão linear apresentou um valor muito inferior a 0,05 (F de significação < 0,05, ou seja, 0,00 < 0,05), o que permite afirmar, com 95% de confiança, que a quantidade de entidades do Terceiro Setor exerce influência estatisticamente relevante sobre o PIB municipal de 82% das observações referentes aos 850 municípios mineiros integrantes da amostra desta pesquisa.

**Quadro 1-** Análise de regressão para avaliação da influência das entidades do Terceiro Setor (entidades sem finalidade lucrativa) no PIB dos municípios de Minas Gerais

Estatística de regressão					
<b>R múltiplo</b>	<b>0,906</b>	<b>Variável dependente</b> = PIB Municipal a preços correntes (Mil Reais)			
<b>R-Quadrado</b>	<b>0,820</b>	<b>Variável independente</b> = Número de unidades locais (municipais) de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Unidades)			
R-quadrado ajustado	0,819				
Erro padrão	991724,229				
Observações	850				
ANOVA					
	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	3,8094E+15	3,8094E+15	<b>3873,26888</b>	<b>0,000</b>
Resíduo	849	8,3501E+14	9,8352E+11		
Total	850	4,6444E+15			
	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	
Interseção	0	#N/D	#N/D	#N/D	
<b>Variável X 1</b>	<b>12112,608</b>	<b>194,625</b>	<b>62,236</b>	<b>0,000</b>	

**Fonte:** elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Ao realizar a análise de regressão linear dessa mesma natureza, porém, mantendo o PIB municipal como variável de estudo, e, agora, considerando a quantidade empresas com finalidade lucrativa como variável explicativa, foi observada uma correlação geral (R múltiplo) de 0,903, conforme pode ser visto no Quadro 2.

Também segundo as informações apresentadas no Quadro 2, pode-se observar que a quantidade municipal de empresas do Segundo Setor (com finalidade lucrativa) foi explicativa (R-Quadrado) de 81,6% (R-Quadrado  $\times 100 \approx 0,816 \times 100$ ) das 850 observações realizadas para os municípios mineiros integrantes da amostra deste estudo. Ou seja, em 81,6% dos 850 municípios integrantes da amostra de pesquisa, a quantidade de empresas com fins lucrativos influenciou o PIB municipal, o que já era algo, no mínimo, esperado, do ponto de vista empírico. Contudo, o que não se esperava empiricamente é que o poder explicativo das empresas com finalidade lucrativa (81,6%) fosse inferior àquele observado para as entidades do Terceiro Setor (82%).

Semelhante ao acontecido na análise de regressão linear realizada para as entidades do Terceiro setor, o F de significação da estatística F da modelagem pesquisada para empresas com finalidade lucrativa apresentou um valor muito inferior a 0,05 (F de significação  $< 0,05$ , ou seja,  $0,00 < 0,05$ ), segundo as informações apresentadas também no Quadro 2. Essa evidência permite afirmar, com 95% de confiança, que a quantidade de empresas atuantes no Segundo Setor (com finalidade lucrativa) também exerce influência estatisticamente relevante sobre o PIB municipal em 81,6% das observações referentes aos 850 municípios mineiros cujos dados foram analisados nesta investigação.

**Quadro 2-** Análise de regressão para avaliação da influência das entidades do Segundo Setor (empresas com finalidade lucrativa) no PIB dos municípios de Minas Gerais

Estatística de regressão					
<b>R múltiplo</b>	<b>0,903</b>	<b>Variável dependente</b> = PIB Municipal a preços correntes (Mil Reais)			
<b>R-Quadrado</b>	<b>0,816</b>	<b>Variável independente</b> = Número de unidades locais (municipais) das empresas com finalidade lucrativa (Unidades)			
R-quadrado ajustado	0,815				
Erro padrão	1003557,297				
Observações	850				
ANOVA					
	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	3,78938E+15	3,78938E+15	<b>3762,5637</b>	<b>0,000</b>

Resíduo	849	8,55051E+14	1,00713E+12	
Total	850	4,64443E+15		
	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P
Interseção	0	#N/D	#N/D	#N/D
<b>Variável X 1</b>	<b>500,329</b>	<b>8,157</b>	<b>61,340</b>	<b>0,000</b>

**Fonte:** elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Finalmente, acerca do valor dos coeficientes das variáveis referentes à quantidade de entidades do Terceiro Setor (Veja a informação “Coeficientes” no Quadro 1, cujo valor é 12112,608) e à quantidade de empresas com finalidade lucrativa (Veja a informação “Coeficientes” no Quadro 2, cujo valor é 500,329), ressalta-se de eles não servem de comparação entre si, uma vez que as quantidades de cada tipo de entidades/empresa são muito diferentes. Contudo, o estudo dos sinais de ambos (positivos) indica que quanto maior a quantidade de entidades/empresas, quer sejam do Terceiro Setor ou do Segundo Setor, maior o PIB municipal no estado de Minas Gerais.

## 5 Considerações Finais

Esta investigação levou em conta as diferentes finalidades sócio-operacionais existentes entre as empresas convencionais, ou do Segundo Setor e, portanto, constituídas com finalidade lucrativa, e as entidades do Terceiro Setor, ou entidades que operam sem finalidade lucrativa, e, a partir disso, buscou avaliar como se processa a coexistência de organizações econômicas com naturezas operacionais tão distintas, e, ainda, como as entidades do Terceiro Setor poderiam se caracterizar como direcionadores da riqueza municipal, em 850 municípios do estado de Minas Gerais, segundo os dados de três pesquisas diferentes do IBGE (PIB-Municipal, FASFIL, e CEMPRE).

A pesquisa bibliográfica realizada para levantamento do referencial teórico deste estudo, além de permitir compreender as principais características das entidades integrantes do Terceiro Setor, sinalizou que a temática em questão está presente entre os estudos das áreas de contabilidade e administração, contudo, são utilizadas abordagens de objetos de estudo das mais variadas naturezas, indo desde “gestão organizacional/estratégica”, passando por “evidenciação contábil” e “procedimentos contábeis aplicados”, até “Prestação de contas/*accountability*”. Além disso, foi observada a existência de uma lacuna relacionada à utilização de técnicas de análise envolvendo procedimentos estatísticos para realização de investigações científicas relacionadas ao Terceiro Setor, naquelas áreas do conhecimento (contabilidade e administração).

Diante dessa constatação inicial, cabe observar que o presente estudo pode constituir-se em uma contribuição favorável ao preenchimento daquela lacuna, ou seja, esta foi uma pesquisa científica cujo método de análise foi preponderantemente quantitativo, haja vista à adoção e aplicação de técnicas relacionadas à estatística descritiva, análise de correlação e análise de regressão linear.

A aplicação da estatística descritiva permitiu avaliar que, entre outros fatores, existe uma predominância de municípios com quantidades de entidades do Terceiro Setor bem abaixo da média do estado, que foi de 43 unidades/município. Ou seja, existe a possibilidade daquela média ter sido influenciada por poucos municípios com um elevado número de entidades sem finalidade lucrativa, ao passo, a maioria dos municípios mineiros analisados possui cerca de 7 entidades do Terceiro Setor.

Diante dessa evidência inicial, uma análise mais detalhada permitiu identificar que apenas 20 municípios mineiros (de um total de 850 investigados) possuem mais de um terço (34,10%) das entidades do Terceiro Setor, em todo o estado de Minas Gerais.

A aplicação da análise de correlação linear de Pearson trouxe uma importância evidência referente à coexistência entre as entidades do Terceiro Setor e as empresas com finalidade lucrativa. Isso é, mesmo diante de objetivos sócio-operacionais tão diferentes, a existência de uma categoria de organização não exclui a existência da outra, uma vez que, o elevado coeficiente de correlação identificado (0,987) sinalizou que a presença de empresas de Segundo Setor não implicou em redução na quantidade de entidades do Terceiro Setor, ao contrário, tal existência apresentou comportamento muito semelhante, ou seja, quanto maiores as quantidades das primeiras, maiores foram as quantidades observadas das segundas, sendo que, o inverso também é verdadeiro, segundo a amostra do presente estudo.

Finalmente, a análise de regressão linear que contou como variável de estudo o PIB municipal e, em um primeiro momento, como variável explicativa a quantidade de entidades do Terceiro Setor, e, num segundo momento, teve como variável explicativa a quantidade de empresas com finalidade lucrativa, revelou que, mesmo em menor número, as entidades sem finalidade lucrativa podem ser caracterizadas como direcionadores da riqueza municipal, semelhante ao que acontece com as entidades convencionais com finalidade lucrativa.

Como principal limitação deste estudo deve-se destacar o fato de sua amostra ter sido constituída de forma não probabilística e por conveniência da disponibilidade de dados, motivo pelo qual seus resultados não podem ser generalizados para outros estados e municípios em todo o território nacional. Adicionalmente, deve-se observar que a base de dados utilizados refere-se ao ano de 2010, em função deste ser o último período contemplado pela pesquisa “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005, 2006, 2008 e 2010” (FASFIL) (IBGE, 2012).

A despeito daquelas limitações, destacam-se as contribuições referentes ao método de análise empregado para realização desta pesquisa e, ainda, a possibilidade das evidências coletadas serem somadas aos resultados de outros estudos e, assim, contribuir para o debate relacionado à atuação das entidades sem finalidade lucrativa pertencentes ao Terceiro Setor.

A título de continuidade, sugere-se a replicação desta investigação em municípios de outras unidades da federação e, ainda, a realização de um estudo de caráter nacional, em que não se proceda delimitação de estados, mas, sim, com todos os municípios brasileiros cujos dados estejam disponíveis no SIDRA do IBGE.

## Referencias

ASSIS, L. B. de; VIEGAS, G.; CKAGNAZAROFF, I. B. Gestão de recursos humanos no Terceiro Setor: um estudo descritivo das organizações Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional - GESTÃO.Org**, v. 10, n. 2, p. 297-323, maio/ago. 2012.

Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/282/235>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CALIXTO, L. As interrelações ONGs ambientalistas, Estado e setor privado: uma análise à luz das hipóteses de Tocqueville. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 16, n. 2, p. 241-259, maio/ago. 2009. Disponível em:

<<http://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1352/1068>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CAMARGO, M. F. *et al.* **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CARMO, C. R. S.

CANABRAVA, C. M. *et al.* Sistema Único de Saúde e o Terceiro Setor: caracterização de entidades, não hospitalares, que possuem serviços em atenção básica de saúde em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 115-126, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n1/12.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

COSTA, G. G. de O. **Curso de estatística inferencial e probabilidades: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística aplicada**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ESTATCAMP CONSULTORIA ESTATÍSTICA EM QUALIDADE. **Sistema Action**. São Carlos-SP, 2014. Copyright 1997-2014 Estatcamp. Disponível em: <<http://www.portalaction.com.br/>>. Acesso em: 05 mar.2015.

FIELD, A.. **Descobrimo a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e pesquisas - informação econômica n. 20 - as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\\_Privadas\\_e\\_Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2015.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia\\_Cadastro\\_de\\_Empresas/2012/cempre2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2012/cempre2012.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2015.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais n. 43 - Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2012/pibmunic2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/pibmunic2012.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MÁRIO, P. do C. *et al.* A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do Terceiro Setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 64-79, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/1645/1466>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, H. F. Em busca de uma teoria da burocracia pública não-estatal: política e administração no Terceiro Setor. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 109-128, set./dez. 1998.

MENDONÇA, L. R; MACHADO FILHO, C. A. P. Governança nas organizações do Terceiro Setor: considerações teóricas. **R.Adm. da USP-RaUSP**, São Paulo, v. 39, n.4, p.302-308, out./nov./dez. 2004.

RAGC, v.6, n.22, p.15-30/2018

NANUS, B.; DOBBS, S. M. **Liderança para o Terceiro Setor**: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2000.

PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODY, P. H. A. *et al.* Panorama da produção científica sobre Terceiro Setor em congressos e periódicos nacionais de 1998 a 2013. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - ADCONT, 5., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FACC/UFRJ, 2014. p.1-17. Disponível em: <<http://adcont.ppgcc.ufrj.br/index.php/adcont/adcont2014/paper/view/1204>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTOS, D. O.; ASSIS, L. B. de; ABDALA, R. A. Parcerias entre Estado e Organizações do Terceiro Setor: perspectivas e desafios em dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília. In: ENCONTRO DA AnPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AnPAD, 2012. p.1-16. 1 CD-ROM.

SILVA, G. C. da. Entidades filantrópicas: uma análise qualitativa na cidade de Itajubá-MG. In: ENCONTRO CIENTÍFICO SUL MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA, 5., 2013, Itajubá. **Anais...** Itajubá: FACESM, 2013. p.1-9. Disponível em: <<http://www.facesm.br/userfiles/webfiles/Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor**: criação de ONG's e estratégias de atuação. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.